

## CAUSATIVIZAÇÃO DE PREDICADORES ESTÁTICOS E PROCESSUAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO\*

SANIR DA CONCEIÇÃO  
APÓSTOLO T. NICOLACÓPULOS  
(UFSC)

**ABSTRACT:** This paper deals with state and process verbs/predicators in utterances of journalistic texts from a semantic-pragmatic perspective. It claims that when “intention” is added to these predicators, they are causativized, thus encompassing a new semantic (thematic) role, namely the Agent.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise de vinte verbos/predicadores (dez estáticos e dez processuais) que podem ser causativizados em enunciados<sup>1</sup> de textos jornalísticos. Dizemos que predicadores estáticos e processuais são causativizados quando, no enunciado, ao captar a intenção do sujeito-enunciador, o verbo estático ou processual acrescido do fator *intenção* passa a atribuir um outro caso<sup>2</sup>, próprio dos verbos de ação, o agentivo.

Os verbos/predicadores analisados são:

Tabela 1 – Verbos/predicadores analisados por este estudo

ESTADO		PROCESSO	
Amar	Pertencer	Acordar	Durar
Conhecer	Saber	Aprender	Esquecer
Entender	Ser	Cair	Ganhar
Estar	Ter	Crescer	Morrer
Ignorar	Ver	Dormir	Vencer

Levanta-se, como hipótese, que tanto os verbos considerados estáticos quanto os processuais podem ser causativizados, apresentando-se assim como agentivos.

---

\* Agradecemos à Profa. Izabel Seara e à Profa. Maria da Graça de Oliveira pelas leituras e sugestões que auxiliaram na execução do trabalho. Qualquer erro, porém, é de nossa responsabilidade.

<sup>1</sup> Por enunciado entende-se “frase, parte de um discurso ou discurso (oral ou escrito) em associação com o contexto em que é enunciado.” Cf. Houaiss (2001:1171).

<sup>2</sup> Casos são relações semânticas de nomes que estão em relação de associação com o verbo.

O corpus é composto por 31.692 enunciados jornalísticos que se constituem em exemplários da língua em *uso*, recolhidos da *Folha de São Paulo*, no período de 1 a 31 de dezembro de 1997. Teve-se como campo de enunciação todas as seções do jornal (esporte, política, lazer, polícia etc).

A coleta dos dados foi feita através do *software* desenvolvido pelo Laboratório de Instrumentação Eletrônica: Circuitos e Processamentos de Sinais (LINSE), da Universidade Federal de Santa Catarina. Esse *software* é um sub-produto dos projetos desenvolvidos pelo referido Laboratório para reconhecimento de fala e conversão texto-fala.

Para se atingir o objetivo do trabalho, fez-se uma revisão da literatura considerando as estratégias apresentadas por diferentes autores, como Cook (1979, 1989) e Chafe (1970) para a detecção da classe do verbo: estado, processo ou ação.

Este estudo está embasado no modelo pragmático-semântico desenvolvido por Nicolacópulos (1992), Nicolacópulos et al. (1997), Oliveira (1995), Oliveira (1999) que tem, como ponto de partida, os modelos semânticos de Fillmore (1968, 1977), Chafe (1970), Anderson (1971) e Cook (1979, 1989).

O trabalho está assim organizado: na primeira seção, apresenta-se o aparato teórico, configurando um espaço teórico-metodológico que abriga as dimensões semântico-pragmáticas, a fim de possibilitar a interpretação e análise do fenômeno da causativização, que encerra o fator *intenção*. Na segunda, observam-se as diferentes formas de análise do agentivo, considerando Cruse (1973) que apresenta o agentivo com traços semânticos específicos (volitivo, efetivo, iniciador e agentivo). O enfoque nesse trabalho será sobre o traço volitivo (= *intenção*). Na terceira seção, mostra-se como se fez a coleta de dados. Na quarta seção, apresentam-se a análise e os resultados sobre dos predicadores causativizados no português brasileiro (PB).

## 1. PERSPECTIVAS TEÓRICAS

### 1.1 A Teoria de Casos

As teorias de Fillmore (1968), Chafe (1970), Anderson (1971) e Cook (1979, 1989) propõem que a estrutura semântica de uma oração se constitui de um verbo e de nomes/casos que integram a valência semântica desse verbo. Fillmore (1968), por exemplo, apresenta seis tipos de caso: agentivo, instrumental, dativo, factivo, locativo e objetivo. Cook (1979, 1989) apresenta os casos: agentivo, experienciador, benefactivo, objetivo e locativo. Há também os casos modais, mas esses não entram na classificação de verbos, portanto não são definidos dentro do sistema.

Quanto aos tipos de verbos, Fillmore (1968:306) afirma que existem verbos de estado e de não-estado relacionados a quatro campos semânticos: básico, instrumental, dativo e locativo. Cook (1989:14) esquematiza, no Quadro 1, os tipos de verbos possíveis, de acordo com o modelo de Fillmore (1968):

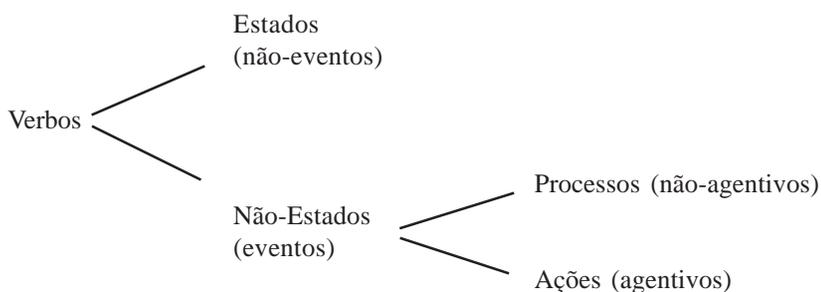
Quadro 1 – Esquema casual de Fillmore (1968)

Tipos de verbos	Básico	Instrumental	Dativo	Locativo
<b>Estado</b>	O quebrar, v.i.	I, O quebrar, v. t.	D, O gostar	O, L estar em
<b>Ação</b>	A, O quebrar, v. t.	A, I, O quebrar, v. t.	A, D, O mostrar	A, O, L colocar

Os verbos podem ocorrer em mais de um campo semântico e, conforme o campo, ter esquemas casuais<sup>3</sup> diferentes.

Em seu modelo, Chafe (1970) introduz a noção de “processo” para a classificação de verbos. O autor faz a divisão dos verbos em estados, processos, ações e ações-processos<sup>4</sup>. Já Cook (1989) classifica os verbos em estados, processos e ações. No entanto, pode-se dizer que, em termos gerais, os verbos classificam-se em estado e não-estado. Um verbo de estado é estático e pode ser melhor definido como um verbo de não-evento. Um verbo de não-estado (evento) pode ser classificado como processo ou ação. O verbo processual é não-agentivo, enquanto o verbo de ação é agentivo. Veja-se a Figura 1:

Figura 1 – Esquema de tipos de verbos



Portanto, os verbos podem ser classificados como estados e não-estados (eventos), sendo este último subdividido em processos e ações.

Cook (1979) utiliza, seguindo Lakoff (1966), Fillmore (1968) e Anderson (1971), o teste [imperativo, progressivo] para identificar estados, processos e ações. O teste [-imperativo, -progressivo] indica os verbos de estado. Observem-se os exemplos:

- (1) a. Maria é bonita.  
 b. ? Seja bonita, Maria.<sup>5</sup>  
 c. ? Maria está sendo bonita.

<sup>3</sup> Em teoria de casos, os esquemas casuais representam a estrutura semântica da proposição.

<sup>4</sup> Assim, como em Cook (1979, 1989), os verbos classificados como ação-processo em Chafe (1970) serão considerados neste trabalho como de ação.

<sup>5</sup> A interrogação, seguindo Cruse (1973), indica anormalidade da oração.

O teste não permite que se tenham orações imperativas, como (1b), nem orações progressivas como (1c). Portanto, (1a) é estado.

Os verbos processuais admitem o progressivo, mas não o imperativo, como em:

- (2) a. João morreu.
- b. ? Morra, João.<sup>6</sup>
- c. João está morrendo.

Para (2a), é possível ter uma oração progressiva, como (2c), mas não o imperativo, como (2b). Este teste então indica que se tem (2a) como processo.

O teste que permite tanto o imperativo como o progressivo identifica o verbo de ação:

- (3) a. João vendeu a casa.
- b. Venda a casa, João.
- c. João está vendendo a casa.

Contudo, Cruse (1973) assume que o teste para os verbos de ação não é satisfatório, pois não detecta agentividade em ações involuntárias. Por exemplo:

- (4) a. João virou o balde acidentalmente.
- b. ? Vire o balde acidentalmente, João.
- c. ? João está virando o balde acidentalmente.

Em (4), o teste do imperativo e do progressivo não consegue captar o agentivo em ação involuntária.

Chafe (1970:98-99) propõe outros testes para detectar estados, processos e ações. Com a pergunta “O que aconteceu?”, podemos distinguir estado de não-estado. Veja-se:

- (5) O que aconteceu?
- a. ? A madeira está seca.<sup>7</sup>
- b. José morreu.
- c. Maria cantou.

A oração (5a) não serve como resposta para a pergunta “O que aconteceu?”. Isso ocorre porque nessa oração tem-se um não-evento. Isto é, a *madeira* está em um certo estado ou condição. O verbo está especificado como estado e é acompanhado por um nome que é seu Paciente/Objeto. As orações (5b) e (5c) servem como resposta a “O que aconteceu?” ou “O que está acontecendo?”, pois um não-estado é um acontecimento, um evento.

---

<sup>6</sup> Segundo Cruse (1973), verbos de estado ou processuais podem, dependendo do contexto, ser considerados agentivos. Veremos essa questão mais adiante.

<sup>7</sup> Chafe (1970) usa o asterisco (\*) para indicar agramaticalidade da oração. Preferimos, porém, seguir com a interrogação proposta por Cruse (1973).

Chafe (1970:100) estende o teste para diferenciar processo de ação. As orações classificadas como ações servem como resposta à questão “O que N fez?” ou “O que N está fazendo?” em que N é um nome. Veja-se:

(6) O que N fez?

- a. Maria cantou.
- b. ? José morreu.

A oração (6a) responde a pergunta “O que N fez?” ao passo que (6b) não. Por outro lado, os processos servem como resposta à questão “O que aconteceu a N?”:

(7) O que aconteceu a N?

- a. José morreu.
- b. ? Maria cantou.

A oração (7a) é considerada processo, pois serve como resposta à pergunta “O que aconteceu a N?” ao passo que (7b) não.

Halliday (1968:196), citado por Cruse (1973), utilizou testes similares para identificar a *do-clause*<sup>8</sup>. Considerem-se as orações abaixo:

(8) a. João empurrou Bill.

- b. O vaso quebrou.

De acordo com Halliday, (8a) é uma *do-clause* porque “O que o João fez foi empurrar Bill” é preferível a “O que aconteceu a João foi que ele empurrou Bill”. Por outro lado, (8b) é uma *happen-clause* porque “O que aconteceu ao vaso foi que ele quebrou” é preferível a “O que o vaso fez foi quebrar”.

Portanto, os verbos/predicadores ou as orações em geral são classificados em estados, processos ou ações. Os verbos ou as orações de estado são detectados quando não servem como resposta à questão “O que aconteceu?”, pois não são eventos. Os processos são verbos/predicadores ou orações de eventos não-agentivos que são identificados pela questão “O que aconteceu a N?”. E as ações são verbos/predicadores ou orações agentivos que são captados pela pergunta “O que N fez?”.

## 1.2 O Modelo Semântico-Pragmático Utilizado

O modelo utilizado por Nicolacópulos et al (1997), inicialmente, amparou-se nos modelos semânticos de Fillmore (1968, 1977), Chafe (1970), Anderson (1971) e Cook (1979, 1989). Posteriormente, com o objetivo de ampliar as perspectivas de análise,

---

<sup>8</sup> O termo *do-clause* refere-se às orações agentivas e *happen-clause* às orações processuais na teoria apresentada por Halliday (1968).

esse modelo apresentou algumas modificações. Ele é um modelo não-localista<sup>9</sup> e a estrutura profunda é semântico-sintática, isto é, os papéis temáticos ou casos são paralelos às funções sintáticas.

Seu sistema casual compõe-se de oito casos: agente, experienciador, benefactivo, objeto, locativo, temporal, comitativo e holístico. O caso agente expressa ação; o experienciador exprime sensação, emoção, cognição; o benefactivo denota posse, poder, ganho, propriedade; o objeto expressa o que está sendo descrito, quando temos um verbo de estado e é o que sofre mudança de estado, quando temos um processo; o locativo expressa localização; o caso temporal denota tempo cronológico; o comitativo expressa companhia e o caso holístico exprime a totalidade, o todo.

Este modelo ainda prevê a não-obrigatoriedade do caso objeto, em oposição a Cook (1989). Admite também a possibilidade de ocorrência de casos considerados mutuamente excludentes. É o que acontece, por exemplo, com o verbo *passar*, que permite os casos L e T, ambos proposicionais, como em “Jeffrey passou terça-feira à tarde na praia” (FILLMORE 1971:51). Esse tipo de ocorrência encontra suporte na adaptação da *noção de cenas* de Fillmore (1977), em que são colocados em perspectiva os elementos selecionados pelo falante, ficando os demais no *background*.

Os casos podem aparecer parcial ou totalmente não-manifestos na estrutura sintática da oração. Os casos parcialmente não-manifestos denominam-se casos apagáveis e os totalmente não-manifestos em co-referenciais e lexicalizados.

O modelo ainda considera que os casos estão em uma relação de associação com o verbo e não em relação de dependência. Dessa forma, Nicolacópulos et al. (1997:208) afirmam que “o verbo refletirá a soma desta interação e da(s) significação(ões) espreada(s) pelo enunciado produzido em contexto.”

Em suma, este modelo semântico-pragmático amplia os domínios das teoria de casos “a fim de que efetivamente abrigue as nuances de sentido que se espriam no contexto da língua em uso...” (OLIVEIRA 1999:71), expandindo as perspectivas de análise.

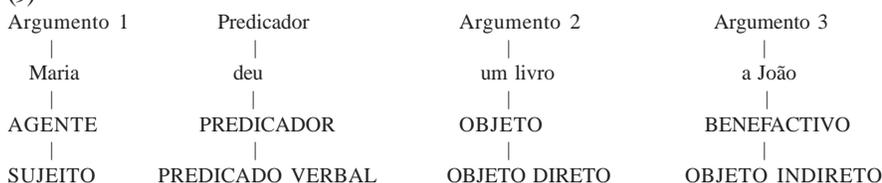
## 2. O AGENTIVO

Considere-se a noção de agente (semântico) com a de sujeito (sintático), de acordo com Marques (1999:119), levando em conta os argumentos relacionados aos predicadores, proposto por Fillmore (1968):

---

<sup>9</sup> A vertente não-localista compreende os casos básicos: A (agente) e O (objetivo), e os não-básicos: E (experienciador), B (benefactivo), L (locativo), T (tempo); a vertente localista utiliza-se, de maneira geral, de cinco casos: dois básicos (A, O) e três não-básicos (locativo, origem e meta) que se dividem em locativos concretos (espaciais) e abstratos (os não-básicos da vertente não-localista).

(9)



O predicado *dar* é um verbo de três lugares. A ele estão relacionados os argumentos *Maria*, *um livro* e *a João*. Esses elementos recebem “rótulos” semânticos (agente, objeto e benefactivo) e sintáticos (sujeito, objeto direto e objeto indireto), respectivamente. Porém, não existe uma relação linear entre a noção de agente e a de sujeito. Considere-se (10):

(10) Um livro foi dado a João (por Maria).

Em (10), semanticamente, *um livro* tem papel ou caso de objeto, *a João* tem caso benefactivo e *por Maria* tem caso agente. Sintaticamente, porém, *um livro* é o sujeito da oração, *a João* é objeto indireto e *por Maria* é agente da passiva.

Lyons (1979:370) argumenta que a agentividade está relacionada à concepção de transitividade. O termo transitivo sugere que o efeito de ação expressa pelo verbo *passa* do agente para o paciente. Veja-se:

(11) Carlos matou João.

*Matar* é um verbo transitivo porque a ação referida passa de *Carlos* para *João*. Porém, nem sempre o verbo transitivo expressa agentividade:

(12) Jonas ouve Maria.

Nesta oração, há as mesmas relações sintáticas (sujeito e objeto) apresentadas em (11). *Ouvir* é considerado transitivo, embora, neste caso, a ação, se é que existe, está em sentido contrário. Cabe notar que *ouvir* não é totalmente paralelo a *matar*. Ele é um verbo estático, ao passo que *matar* expressa ação.

Pode-se então dizer que o sujeito de uma oração pode encerrar vários casos: agente (A), experienciador (E), benefactivo (B), objeto (O), locativo (L) etc. Conforme Cook (1989), essa ordem de casos deve ser seguida, isto é, se há caso agente, este vai para a posição sujeito; na sua ausência, o caso experienciador ocupa a posição sujeito e assim sucessivamente. O caso agente também pode ser co-referente com E, B, O, L. Nicolacópulos e Zucco (1996) propõem que ao agente sejam co-referentes o caso holístico, como proposto por Flores (1994), e o caso comitativo.

O caso agente, porém, apresenta nomenclaturas diferentes. Fillmore (1968) o denomina agente; Anderson (1971) o nomeia ergativo. As definições também apresentam diferenças. Fillmore (1968:299) define caso agente como “o instigador da ação verbal identificada pelo verbo, instigador esse percebido tipicamente como ser animado”<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Em nota de rodapé, Fillmore (1968:299) diz que o termo “tipicamente” expressa sua percepção de que há contextos em que o agente é ocupado por nome inanimado, como robô, por exemplo.

Anderson (1971) define ergativo como “o iniciador da ação associada ao verbo”. Cook (1989:191) diz que agentivo “é o caso requerido por um verbo de ação. Embora o agente seja o performador tipicamente animado da ação verbal, nomes inanimados também podem ocorrer como agentes.”

A definição de Fillmore (1968) apresenta problemas com relação ao traço [+animado] do agentivo. O próprio Fillmore (1971) reformulou essa posição, dizendo que não confundia mais restrições de [ $\pm$ animado] com verdadeiras noções de caso. O fato é que não se deve definir caso em termos de restrições de seleção.

Cruse (1973:18) assume que o agentivo é um “subgrupo definido de *agentivos* [doers]”. Há quatro traços semânticos distintos que indicam agentividade. São eles: o volitivo, o efetivo, o iniciativo e o agentivo. Neste trabalho, porém, será focado apenas o traço volitivo<sup>11</sup>.

O traço volitivo (= *intenção*) está presente quando há um ato de intenção implícita ou explicitamente:

(13) Cristo morreu para nos salvar de nossos pecados.

Em (13), a intenção está explícita através da oração final “para nos salvar de nossos pecados.”

Gruber (1967), citado por Cruse (1973), usa o critério de modificabilidade para detectar a volitividade. Segundo o autor, orações que começam com *in order to* (com o objetivo, a fim de) são testes de volitividade. Em orações desse tipo, não é possível inserir o advérbio *acidentalmente*:

(14) ? João pisou acidentalmente no brinquedo, com o objetivo de castigar a criança.

O teste do imperativo, usado por Anderson (1971) como teste para os ergativos, também é um teste de volitividade. Os imperativos também não aceitam o modificador *acidentalmente*:

(15) ? Vire o balde acidentalmente.

Gruber (1967), citado por Cruse (1973), utiliza outro critério para detectar o volitivo. A modificabilidade por *carefully* (cuidadosamente) mostra a combinação entre volitivo e agentivo<sup>12</sup>:

(16) a. ? João caiu da janela cuidadosamente.

b. João empurrou a porta cuidadosamente.

Em (16a), o advérbio *cuidadosamente* detecta a não-intenção de *João*. Porém, em (16b), o advérbio faz a combinação entre o traço agentivo, um dos traços semânticos captados por Cruse (1973), e a intenção (volição).

---

<sup>11</sup> Em estudo semelhante, Langacker (1975: 366) chama volição de intenção.

<sup>12</sup> Remarque-se que, embora agentividade e volitividade freqüentemente co-ocorram, eles são traços independentes.

Em suma, os testes aplicados por Cruse para detectar *intenção* servirão como base para este trabalho. Os enunciados com verbos/predicadores estáticos e processuais serão analisados e, quando apresentarem o fator *intenção*, serão considerados causativizados, como será visto na seção 4.1.

### 3. O CORPUS<sup>13</sup>

O corpus é composto por 31.692 enunciados jornalísticos. Desses, 29.342 são verbos/predicadores estáticos e 2.350 processuais. No entanto, dos 29.342 verbos/predicadores estáticos, 7.876 se tornaram processuais. Nesse caso, tais verbos foram desconsiderados para a análise da causativização, já que o enfoque está sobre os verbos/predicadores basicamente estáticos e processuais. Assim, o número total de enunciados passou para 23.816. A coleta de dados foi feita através do *software* “Analing”, produzido pelo Laboratório de Circuitos e Processamento de Sinais - LINSE da UFSC. O *software* faz a coleta dos enunciados por períodos (de ponto a ponto). A busca dos dados é feita a partir do verbo (radical mais desinências). O *software* também referencia o enunciado, isto é, dá a página e a data em que o enunciado foi encontrado.

Os verbos analisados, alguns dos mais recorrentes em textos jornalísticos, são: *amar, conhecer, entender, ignorar, saber, ser, estar, ter, ver* (verbos estáticos) e *acordar, aprender, cair, crescer, dormir, esquecer, ganhar, morrer, vencer* (verbos processuais). Além desses verbos/predicadores, foram analisados os verbos *pertencer* (estático) e *durar* (processual), não tão recorrentes em textos jornalísticos, mas que apontavam um alto índice de resistência à causativização.

Foram coletados somente os enunciados com os verbos na 1ª e 3ª pessoas do singular e plural no presente, pretérito perfeito e futuro do indicativo, no presente do subjuntivo e no imperativo. As formas ditas nominais, infinitivo e gerúndio também foram computadas.

Com mais de 50 mil enunciados coletados, foram desconsiderados aqueles que apresentavam voz passiva, como em:

(17) “É comum, então, que operem uma espécie de curto-circuito: Oswald Spengler **foi esquecido** com a rapidez da catástrofe, em direção à qual, segundo sua própria teoria, caminhava o curso do mundo.” (*Folha de São Paulo*, 21/12/97, pg. 5-3)

(18) “Assis teria ficado irritado porque Silvéria estava presente sem **ter sido convidada** para o batizado e expulsou-a da catedral enquanto celebrava a cerimônia.” (*Folha de São Paulo*, 11/12/97, pg. 3-9)

Foram analisados os verbos/predicadores estáticos e processuais tanto em orações principais como (19) quanto em encaixadas como (20):

---

<sup>13</sup> Agradecemos a Suzana Rocha por se dispor a ajudar na coleta dos dados.

(19) “Ninguém **ignora** que a essa série de descuidos elementares e cotidianos somam-se problemas estruturais, tais como a falta de verbas e a superlotação.” (*Folha de São Paulo*, 02/12/97, pg. 1-2)

(20) “Técnico Zagallo, que errou na Copa de 74 ao **ignorar** os holandeses, não costuma assistir muito aos jogos dos adversários.” (*Folha de São Paulo*, 02/12/97, pg. Especial-4)

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS

Quanto à classificação dos verbos/predicadores em estados ou processos, escolheu-se como critério para identificá-los o teste de perguntas: “O que aconteceu?” para identificar os verbos estáticos e “O que aconteceu a N?” para identificar os verbos processuais. Por exemplo, a pergunta “O que aconteceu?” diferencia estado de não-estado:

(21) “Entretanto, os investidores brasileiros já **conhecem** bem esse mecanismo; o BNDES utiliza-o com frequência, e existem hoje sofisticados modelos matemáticos para estimar o preço dessas opções.” (*Folha de São Paulo*, 03/12/97, pg. 2-2)

(22) “Mail and Guardian”, um dos mais influentes jornais do país, resumiu assim a postura dos sul-africanos frente a Mbeki: “Estamos prestes a ser governados por um homem que não **conhecemos**”. (*Folha de São Paulo*, 27/12/97, pg. 1-11)

Os enunciados (21) e (22) não servem como resposta à questão “O que aconteceu?”, portanto são estados.

Todavia, a questão “O que aconteceu?” ou “O que está acontecendo?” permite respostas como:

(23) “Os moradores acabam **conhecendo** a gente e passam a atuar em parceria, indicando locais perigosos e pessoas suspeitas, disse o soldado Jairo Gomes, 31.” (*Folha de São Paulo*, 01/12/97, pg. 3-9)

(24) “Eles se **conheceram** há 14 anos no Bar e Restaurante La Mar, o bar da Cristina, um restaurante de pratos comerciais localizado no centro de Curitiba.” (*Folha de São Paulo*, 07/12/97, pg. 11)

(25) “Aos 16 anos, ela contraiu Aids do primeiro namorado, que **conheceu** durante uma viagem de navio.” (*Folha de São Paulo*, 29/12/97, pg. 6-4)

Por este teste, os enunciados (23) a (25) são de não-estado. Mas seriam processuais ou agentivos? Esses enunciados servem como resposta à questão “O que aconteceu a N?”, mas não a “O que N fez?”. Assim, são classificados como processuais.

##### 4.1 A Causativização no Português Brasileiro

Parsons (1994), assim como McCawley (1976), Cook (1979, 1989) entre outros, propõe que sejam consideradas orações agentivas aquelas que apresentam, em sua estrutura

profunda, *DO* (fazer), *CAUSE* (causa) e *BECOME* (tornar-se). Assim, para a oração *O palhaço assustou a criança*, a estrutura profunda seria:

(26) [<sub>S</sub> [<sub>NP</sub> O palhaço] [<sub>V</sub> fez [<sub>V</sub> ficar [<sub>ADJ</sub> assustada [<sub>NP</sub> a criança]]]]]]

O NP *o palhaço* é então agentivo. Da mesma forma, o fator *intenção* – que está no âmbito da pragmática<sup>14</sup>, quando acrescido aos predicadores estáticos e processuais, insere o predicado abstrato CAUSE (CAUSA) a estes verbos, causativizando-os. Veja-se o esquema abaixo:

(27) Estado/Processo + *intenção* = ação

A *intenção* é um traço pragmático ligado ao sujeito-enunciador que leva em consideração o conhecimento (supostamente compartilhado com o interlocutor). Nos textos jornalísticos analisados, foi detectada a presença do fator *intenção* em verbos/predicadores como *querer*, *dever/ter* (no sentido de obrigação), *procurar*, *fingir*, *decidir*, *necessitar*, *tentar*, *convencer*, *buscar* e *esperar*. Considerem-se os enunciados abaixo:

(28) “Havia, claramente, duas correntes entre os cristãos: uma que procurava **aprender** o máximo sobre e com o islamismo (à qual pertencia) e outra que adotara uma postura de confrontação e encarava tudo como ofensa pessoal e discriminação religiosa.” (*Folha de São Paulo*, 24/12/97, pg. 1-12)

(29) “A Tunísia, a mais fraca do (sic) grupo, cresce em importância justamente por poder decidir quem **cai** com ela na primeira fase: Romênia ou Colômbia.” (*Folha de São Paulo*, 07/12/97, pg. 4-12)

(30) “Labaki preferiu **ignorar** a notícia, embora o nosso tenha sido o primeiro filme brasileiro a entrar em circuito comercial na Itália desde “Eles Não Usam Black-Tie”. (*Folha de São Paulo*, 22/12/97, pg. 5-4)

(31) “Um outro local privilegiado de escuta são as barbearias ou os assentos de canto nos vagões dos trens municipais, porque em ambos os casos é possível fingir **dormir**, tornar-se mais ou menos invisível, e assim prestar atenção à conversa ao redor.” (*Folha de São Paulo*, 28/12/97, pg. 5-2)

(32) “Numa sociedade que pretende **ser** econômica e socialmente moderna, a realidade mostrada por IBGE e Unicef merece muita reflexão.” (*Folha de São Paulo*, 05/12/97, pg. 3-2)

Os verbos/predicadores sublinhados nos enunciados (28) a (32) indicam *intenção* do sujeito-enunciador. Eles, por sua vez, influenciam os verbos analisados, como *aprender*,

<sup>14</sup> O termo pragmática assume, neste trabalho, uma dimensão *enunciativa*. A concepção de pragmática é estendida ao campo comunicativo em uma perspectiva interacional. Segundo Oliveira (1999:27), “A questão do sujeito é posta como uma relação entre interlocutores considerados usuários, que usam a linguagem como instrumento para realizar algo, para manifestar *intenções* – a enunciação como ato de dizer algo para alguém.”

*cair*, *ignorar*, *dormir* e *ser*. Por exemplo, em (31), *fingir*, que indica *intenção*, influencia *dormir*, verbo/predicador basicamente processual. *Dormir*, com o traço de *intenção* manifesto por *fingir*, passa a ser causativizado. Ao ser causativizado, passa a distribuir o caso agentivo, caso de verbos/predicadores de ação.

Os sintagmas nominais que indicam *intenção* como *objetivo de*, *vontade de* também afetam os verbos/predicadores estudados:

(33) “Além disso, policiais femininas à paisana e em carros particulares circulam pelas mesmas ruas, com o objetivo de **cair** nas garras dos criminosos e prendê-los.” (*Folha de São Paulo*, 14/12/97, pg. 3-3)

(34) “Mas os suecos, com menos estrelas, mostraram mais consistência e vontade de **vencer**.” (*Folha de São Paulo*, 01/12/97, pg. 4-8)

Sintagmas como *objetivo de*, *vontade de* acabam interferindo no sentido do verbo.

O verbo/predicador *fazer* também interfere no sentido básico<sup>15</sup> dos verbos estáticos e processuais analisados. Considerem-se:

(35) “A criação da chamada frota verde é apenas o primeiro passo para ressuscitar o Proálcool (Programa Nacional do Álcool) e fazer crescer a produção de veículos movidos a álcool.” (*Folha de São Paulo*, 06/12/97, pg. 1-4)

(36) “Não pode ser coincidência o fato de a versão original do rouba, mas faz pertencer a um legítimo paulista, Adhemar de Barros.” (*Folha de São Paulo*, 18/12/97, pg. 1-2)

(37) “O texto de DUBY, propriamente dito, traz a marca do grande historiador, com sua insólita capacidade de organização do material histórico em uma prosa que faz quase **esquecer**, por sua fluidez, os estratos diversos de erudição sobre o qual repousa.” (*Folha de São Paulo*, 13/12/97, pg. 10)

(38) “Quando o poeta banha-se ao sol gramatical, ou observa o vôo circunflexo de uma ave, já faz ver até que ponto a experiência é presa da língua.” (*Folha de São Paulo*, 07/12/97, pg. 4-2)

Assim, os verbos/predicadores *crescer*, *pertencer*, *esquecer* e *ver*, como os apresentados nos enunciados (35) a (38), deixam de ser basicamente estado e processo e passam a ser causativizados.

O teste do imperativo também é aplicável aos verbos/predicadores estáticos e processuais em análise. Considerem-se:

(39) “Cunhada do empresário Joaquim Justo dos Santos, (sic) apresentou cópia do contrato social da empresa Jussantos Administração de Bens e Negócios Ltda, em que o nome e os dados pessoais de Ascensão Amarelo Martins aparecem com tipo de impressão e até o

---

<sup>15</sup> De acordo com Oliveira (1999:112), o sentido básico “funciona como aquele sentido primeiro, que já está incorporado ao mundo da cultura e que viabiliza investimentos em direção a novos efeitos de sentido (...)”

alinhamento diferentes dos demais sócios (**veja** quadro ao lado)”. (*Folha de São Paulo*, 01/12/97, pg. 1-10)

(40) “**Entenda**, de uma vez por todas, que minha tese nunca foi a de comprovar se Aranha era ou não anti-semita (essa preocupação é exclusivamente sua), e sim a de analisar o projeto político anti-semita do governo Vargas - que, para ser posto em prática, valeu-se de homens ilustres, promotores de uma cultura política que, durante anos, deixou milhares de judeus entregues ao terror nazista.” (*Folha de São Paulo*, 29/12/97, pg. 1-3)

(41) “Para beber, **esqueça** o álcool, proibido e reprimido com açoitamento.” (*Folha de São Paulo*, 14/12/97, pg. 28 a 32)

(42) “**Acorda**, governo, e vai trabalhar fiscalizando a picaretagem filantrópica.” (*Folha de São Paulo*, 07/12/97, pg. 2-2)

(43) “**Conheça** iniciativas da sociedade civil para ajudar brasileiros carentes, e veja os cuidados a tomar antes de fazer doações.” (*Folha de São Paulo*, 18/12/97, pg. 1-1)

(44) “**Saiba** quais são os auxílios que o trabalhador pode receber nesse caso.” (*Folha de São Paulo*, 21/12/97, pg. 6-13)

(45) “Para ecoar as palavras de Gandhi: **Seja** a mudança que você deseja ver no mundo.” (*Folha de São Paulo*, 10/12/97, pg. 1-3)

Dos verbos/predicadores analisados, quase todos apresentam a forma imperativa. Até mesmo os verbos/predicadores que se apresentam com menos frequência causativizados, como *ser* (4,17%), conforme se observará adiante, admite imperativo. O imperativo é um bom teste para detectar *intenção*, porque não permite ações involuntárias, como proposto por Cruse (1973):

(46) ? “**Saiba** [acidentalmente]<sup>16</sup> quais são os auxílios que o trabalhador pode receber nesse caso.” (*Folha de São Paulo*, 21/12/97, pg. 6-13)

Outra forma de se detectar o fator *intenção* nos enunciados é aplicar o teste de Gruber (1967), citado por Cruse (1973). Segundo o autor, modificadores como *in order to* (com o objetivo de, a fim de) são testes para detectar *intenção*. Observem-se os enunciados abaixo:

(47) “A chegada do El Niño significa que nasceu um Deus, **morreu para** nos salvar etc.” (*Folha de São Paulo*, 29/12/97, pg. 4-7)

(48) “O adolescente cinéfilo que trabalhava no verão **para estar** em Buenos Aires no inverno e freqüentar os cinemas da capital considerava Mar del Plata um ambiente estreito para seus sonhos.” (*Folha de São Paulo*, 09/12/97, pg. 4-3)

(49) “O privilégio fez com que pudéssemos passar os últimos três anos experimentando todos os atacantes tapuias com mais de 12 kg, **para ver** quem vai jogar ao lado do Ronaldinho.” (*Folha de São Paulo*, 10/12/97, pg. 3-2)

(50) “Um churrasco feito na cobertura envidraçada de um apartamento é a comparação adequada **para** se **entender** o que a humanidade está fazendo com o planeta Terra com o chamado aquecimento global.” (*Folha de São Paulo*, 07/12/97, pg. 1-28)

<sup>16</sup> Grifo nosso.

(51) “Elas **aprenderam** a lutar e a dar tiros exatamente para nunca ter de bater no agressor ou atirar nele.” (*Folha de São Paulo*, 14/12/97, pg. 3-4)

A presença de oração adverbial final manifesta por *para* indica intenção. Esse elemento afeta os verbos/predicadores analisados, como *morrer*, *estar*, *ver*, *entender* e *aprender*. Assim, os verbos/predicadores basicamente estáticos (*estar*, *ver* e *entender*) e processuais (*morrer* e *aprender*) passam a ser causativizados.

No entanto, não se pode generalizar que todas as orações adverbiais finais encerram *intenção*. Segundo o corpus analisado, existem alguns enunciados em que a presença de orações adverbiais finais não apresenta *intenção*, como por exemplo, no enunciado (52):

(52) “Anotei os males que curava ou aliviava: Palpitações do coração, falta de ar, sobressaltos no sono, aperto e agonia na cabeça, sufocações, arrotos, boca amarga, ventosidades, enjôos em horas importunas (havia então horas oportunas para se **ter** enjôo), dores no peito e nas cadeiras, tremuras e excitações (era um tempo deveras excitante), suores frios, desmaios súbitos [...]”.

O enunciado (52) apresenta uma oração adverbial final que não tem *intenção*. Se assim, o verbo/predicador *ter* (estático), mantém seu sentido basicamente estático.

Outra forma para se detectar a *intenção* está relacionada única e exclusivamente à interpretação<sup>17</sup>. Assim, nos enunciados, em que não há nenhum elemento lingüístico que marque *intenção*, pode-se usar o advérbio *deliberadamente* para indicar ação voluntária. Vejam-se:

(53) “Dívida - O Senado aprovou ontem a rolagem de R\$ 1,073 bilhão de títulos públicos do Estado de São Paulo, **ignorando** [deliberadamente]<sup>18</sup> parecer do BC que apontava o descumprimento da Lei Camata - que fixa em 60% do orçamento o limite de gastos com pessoal.” (*Folha de São Paulo*, 10/12/97, pg. 1-5)

(54) “Os vereadores **ignoraram** [deliberadamente] parecer técnico dos auditores do Tribunal de Contas do Município (TCM), que recomendavam a rejeição, e optaram por abonar a contabilidade do último ano da gestão de Paulo Maluf.” (*Folha de São Paulo*, 19/12/97, pg. 3-3)

(55) “Na empresa de animação Brasil Promoshow, o Papai Noel pode chegar de carro, charrete, jipe, helicóptero ou até mesmo **cair** [deliberadamente] de pára-quedas no meio do seu quintal.” (*Folha de São Paulo*, 07/12/97, pg. 90 a 91)

Como observado em (53), (54) e (55), nenhum elemento lingüístico detecta *intenção*. Mas a introdução do advérbio *deliberadamente*, que não faz parte do texto original,

---

<sup>17</sup> Oliveira (1999:113) afirma que a interpretação “deflagra o cotejo entre o que é produzido e a intenção que subjaz a essa produção.”

<sup>18</sup> Grifo nosso.

indica ação voluntária desses verbos. Assim, os verbos/predicadores perdem o seu sentido básico, estático ou processual, e passam a ser causativizados.

Em suma, os elementos que tornam detectável a intenção do sujeito-enunciador são:

- verbos/predicadores: *querer, dever / ter* (no sentido de obrigação), *procurar, fingir, decidir, tentar* etc;
- sintagmas como *objetivo de e vontade de*;
- teste do imperativo, pois não se pode ter ações como involuntárias. Todas as ações seriam voluntárias;
- advérbios como *cuidadosamente, deliberadamente*;
- orações adverbiais finais.

#### 4.2 Os Resultados

De modo geral, causativizaram-se 9,04% de verbos/predicadores estáticos e 14,64% processuais. A análise dos verbos/predicadores estáticos permitiu verificar que eles podem se tornar processuais, como em:

(56) “Basta lembrar o caso da Argentina, que também chegou aos trancos e barrancos à Copa de 94 e acabou **sendo** a grande sensação da primeira fase do torneio, só tendo sido eliminada porque dependia muito, técnica e moralmente, de seu principal astro, Diego Maradona, afastado por doping.” (Folha de São Paulo, 02/12/97, pg. Especial-12)

(57) “Se você fizer com um número de clubes que dê motivação para a competição, com qualidade, todos os jogos vão **ter** muitos torcedores, e vai ser um campeonato bastante motivadore.” (Folha de São Paulo, 02/12/97, pg. 3-11)

(58) “\* **Fui** vítima de um acidente de trânsito em julho do ano passado.” (Folha de São Paulo, 21/12/97, pg. 1-2)

Para se ter idéia do comportamento dos verbos analisados em relação à transformação de verbos/predicadores basicamente estáticos em processuais e vice-versa, elaboraram-se as Tabelas 2 e 3:

Tabela 2 – Mudança de sentido básico de verbos/predicadores estáticos

VERBOS	ESTADO		PROCESSO		
	Aplicação	Frequência de Ocorrência	Aplicação	Frequência de Ocorrência	Total
Entender	169	100%	00	0%	169
Ignorar	09	100%	00	0%	09
Pertencer	108	97,30%	03	2,7%	111
Saber	496	97,30%	231	2,7%	727
Amar	36	90%	04	10%	40
Estar	2713	84,23%	508	15,77%	3221
Ter	4160	71,74%	1639	28,26%	5799
Ser	11627	69,34%	5142	30,66%	16769
Conhecer	128	64,65%	70	35,35%	198
Ver	79	22,07%	279	77,93%	358
<b>TOTAL</b>	<b>19525</b>	<b>71,26%</b>	<b>7876</b>	<b>28,74%</b>	<b>27401</b>

Como pode ser observado pela Tabela 2, os verbos/predicadores estáticos se mantêm, em sua grande maioria, em seu sentido básico, ou seja, estático (71,26%). Os verbos/predicadores *entender* e *ignorar* não apresentaram enunciados processuais. Por outro lado, o verbo/predicador *ver* foi o único com sentido básico estático que apresentou mais ocorrências como processual. Das 358 ocorrências com este verbo, 79 ocorreram como estáticas (22,07%) e 279 como processuais (77,93%)<sup>19</sup>. Os verbos/predicadores processuais, por sua vez, não apresentaram ocorrências como estáticos, como mostra a Tabela 3:

Tabela 3 – Mudança de sentido básico de verbos/predicadores processuais

VERBOS	ESTADO		PROCESSO		Total
	Aplicação	Frequência de Ocorrência	Aplicação	Frequência de Ocorrência	
Morrer	0	0%	352	98,05%	359
Cair	0	0%	555	97,20%	571
Durar	0	0%	117	96,70%	121
Crescer	0	0%	383	89,49%	428
Acordar	0	0%	25	86,20%	29
Ganhar	0	0%	112	78,32%	143
Vencer	0	0%	285	75,40%	378
Dormir	0	0%	47	69,12%	68
Aprender	0	0%	98	60,50%	162
Esquecer	0	0%	32	35,16%	91
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>2006</b>	<b>85,36%</b>	<b>2350<sup>1</sup></b>

<sup>19</sup> Os verbos/predicadores estáticos que se tornaram processuais, num total de 7.876, foram desconsiderados para a análise de causativização, já que o nosso objetivo era observar apenas o processo de causativização em verbos basicamente estáticos e processuais. Assim, nosso número total de enunciados passou dos 31.692 iniciais para 23.816.

<sup>20</sup> A diferença entre os dados totalizados (2.006 para 2.350) referem-se aos verbos/predicadores que mudaram do sentido básico processual para o agentivo pelo processo de causativização.

Pela Tabela 3, pode-se observar que os verbos processuais mantêm-se em seu sentido básico. Por outro lado, observa-se, pelas Tabelas 4 e 5, que a causativização ocorre tanto nos verbos/predicadores estáticos quanto nos processuais. Considerem-se primeiramente os estáticos:

Tabela 4 – Verbos/predicadores estáticos causativizados

ESTADO	CAUSATIVIZAÇÃO		Total
	Aplicação	Freqüência de Ocorrência	
<b>Ver</b>	432	84,54%	511
<b>Ignorar</b>	36	80%	45
<b>Conhecer</b>	91	41,55%	219
<b>Entender</b>	105	38,32%	274
<b>Saber</b>	170	25,52%	666
<b>Amar</b>	11	23,40%	47
<b>Ter</b>	470	10,15%	4630
<b>Estar</b>	119	4,21%	2832
<b>Ser</b>	506	4,17%	12133
<b>Pertencer</b>	01	0,92%	109
<b>TOTAL</b>	1941	9,04%	21466

Pela Tabela 4, tem-se 9,04% de suas ocorrências causativizadas entre os estáticos. Neste caso, pode-se constatar que há uma alta freqüência de causativização de *ver* (84,58%) e *ignorar* (80%), sendo o verbo/predicador *pertencer* (0,92%) o que apresenta maior resistência à causativização. Os verbos/predicadores processuais que se causativizam são apresentados na Tabela 5. Nesta tabela, percebe-se que os processuais apresentam-se causativizados em 14,64% das ocorrências.

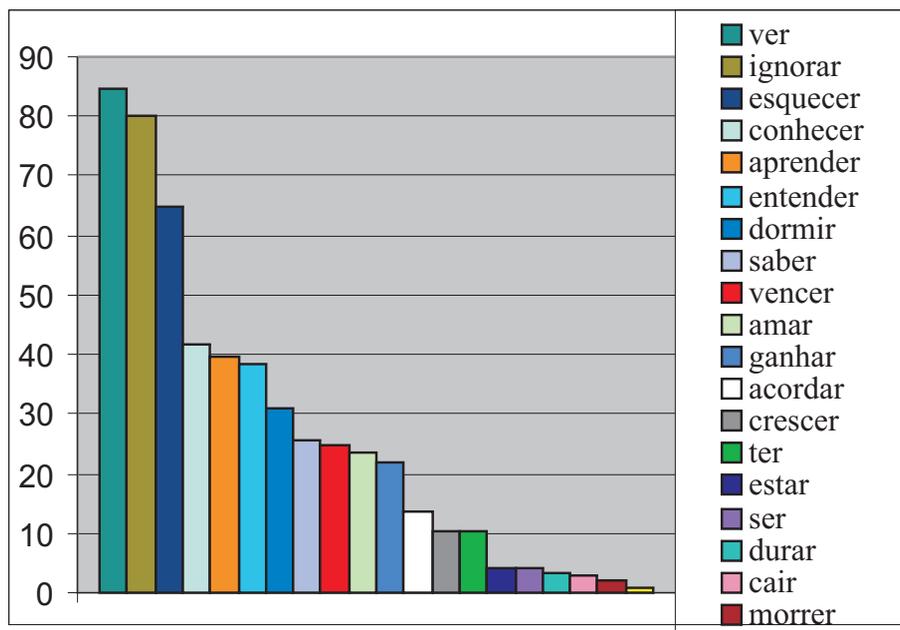
Tabela 5 – Verbos/predicadores processuais causativizados

PROCESSO	CAUSATIVIZAÇÃO		Total
	Aplicação	Freqüência de Ocorrência	
<b>Esquecer</b>	59	64,84%	91
<b>Aprender</b>	64	39,50%	162
<b>Dormir</b>	21	30,88%	68
<b>Vencer</b>	93	24,60%	378
<b>Ganhar</b>	31	21,68%	143
<b>Acordar</b>	04	13,80%	29
<b>Crescer</b>	45	10,51%	428
<b>Durar</b>	04	3,31%	121
<b>Cair</b>	16	2,80%	571
<b>Morrer</b>	07	1,95%	359
<b>TOTAL</b>	344	14,64%	2350

Dos verbos/predicadores processuais, apresenta-se mais causativizado o verbo/predicador *esquecer* (64,84%), seguido do verbo/predicador *aprender* com 39,50% de ocorrências desse tipo. No entanto, o que menos apresenta causativização é *morrer* (1,95%).

No Gráfico 1, é apresentada a comparação das ocorrências de causativização de verbos/predicadores estáticos e processuais:

Gráfico 1 – Causativização nos verbos/predicadores estáticos e processuais



Destes resultados, não se pode fazer, porém, a previsão de que os verbos/predicadores processuais se causativizariam mais do que os estáticos. Principalmente porque o percentual total de causativização entre esses verbos é bastante próximo (14,64% e 9,04%, respectivamente). No entanto, os estáticos *ver* e *ignorar* apresentam um alto índice de causativização (84,54% e 78,26%, respectivamente). Entre os processuais tem-se o verbo/predicador *esquecer* também com grande índice de causativização (64,84%).

Desta análise, também se conclui que os estáticos *pertencer*, *ser* e *estar* e os processuais *morrer*, *cair* e *durar* apresentam os menores índices de causativização (abaixo de 5% de ocorrência, conforme Tabelas 5 e 6).

Assim, o que se pode constatar é que certos verbos possibilitam mais a causativização do que outros, sendo aqueles mais sensíveis ao traço *intenção* do que estes. Isto ocorre tanto para estáticos como para processuais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quantificação dos dados, em um total de 31.692 enunciados jornalísticos, possibilitou a constatação da hipótese do estudo: os verbos estáticos e processuais admitem causativização. Entre os verbos/predicadores estáticos, 9,04% se causativizaram e entre os verbos/predicadores processuais, 14,64%. O elemento principal que direcionou a análise foi o fator *intenção*.

Partindo-se do estudo de Cruse (1973) sobre o agentivo e levando-se em conta o traço semântico *intenção* (usado pelo autor como volitivo), percebeu-se que este elemento interfere na interpretação do verbo. Os verbos/predicadores estáticos e processuais podem se tornar de ação se a eles for acrescido o fator *intenção*.

Cruse (1973) aplica alguns testes para detectar *intenção*. O teste do imperativo, por exemplo, não é um bom teste para captar o agentivo, nos termos de Anderson (1971), porque não detecta ação involuntária. Porém, serve para captar a *intenção* do sujeito-enunciador. O imperativo não permite que advérbios como *acidentalmente* façam parte do enunciado.

O advérbio *cuidadosamente* acrescentado ao enunciado também detecta o fator *intenção*. Os enunciados que apresentam elementos como *objetivo de, a fim de, para*, também captam a *intenção*.

Este estudo pode constatar que no Português Brasileiro, a *intenção* se manifesta em enunciados de várias formas:

1. No imperativo, pois não é possível se ter ações involuntárias com ele;
2. Em verbos/predicadores como *querer, dever / ter* (no sentido de obrigação), *procurar, fingir, decidir, necessitar, tentar, convencer, buscar, e esperar*;
3. Nos sintagmas nominais como *objetivo de* e *vontade de*;
4. Em quase todas as ocorrências com oração adverbial final, exceto ocorrências do tipo (53), que remetem à leitura não-intencional;
5. Há enunciados que não apresentam nenhum elemento lingüístico que marque *intenção*, contudo, é possível detectá-la pelo contexto. Na análise proposta, acrescentou-se o advérbio *deliberadamente* para indicar ação voluntária.

Em suma, constatou-se que, dos vinte verbos/predicadores estáticos e processuais analisados, todos apresentaram-se causativizados. Isto aconteceu porque a eles foi acrescido o fator *intenção*. Pode-se dizer também que os verbos *ver, ignorar e esquecer* apresentam mais causativização e os verbos *pertencer, ser, estar, morrer, cair e durar* resistem muito mais a esse processo.

Finaliza-se concluindo que o estudo sobre causativização pode ser aprofundado. Fica, como proposta de estudo, analisar o comportamento das causativizações em cada campo semântico (básico, experimental, benefactivo, locativo, temporal, comitativo e holístico), levando-se em conta os casos semânticos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANDERSON, J. M. (1971). *The Grammar of Case: Towards a Localistic Theory*. Cambridge: Univerity Cambridge.
- CD-Rom da Folha de São Paulo, 1997.
- CHAFE, W. (1979). *Significado e Estrutura Lingüística*. Tradução de Maria Helena de Moura Neves, Odete G. Altmann de Souza Campos e Sônia V. Rodrigues. RJ: Livros técnicos e científicos.
- COOK, W. A. (1979). *Case Grammar: development of the Matrix Model (1970-1978)*. Washington, D.C.: Georgetown University.
- \_\_\_\_\_. (1989). *Case Grammar Theory*. Washington, D.C.: Georgetown University.
- CRUSE, D. (1973). Some Thoughts on Agentivity. In: *Journal of Linguistics*, n. 9, p. 11-23.
- FILLMORE, C. J. (1968). The Case for Case. In: Bach, E & Harms, R. (eds.) *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart & Winsto, p. 1-90.
- \_\_\_\_\_. (1971). Some Problems for Case Grammar. In: Richard, J. & Obrien, S. J. (org.) Georgetown University. *Round Table on Language and Linguistics*. Washington, D.C.: Georgetown University, p. 35-56.
- \_\_\_\_\_. (1977). The Case for Case Reopened. In: Cole, P. & Sadok, J. *Syntax and Semantics: Grammatical Relations*. New York: Academic Press. V. 8, p. 59-81.
- FLORES, L. (1994). Teoria da correferencialidade com especial atenção ao português. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
- HALLIDAY M. (, 1968). Notes on transitivity and theme in english. In: *Journal of Linguistics* 3, p. 179-215.
- HOUAISS, A. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LAKOFF, G. (1966). Stative Verbs and Adjectives in English. In: Dettinger, A. G. (ed), *Mathematical Linguistics and Automatic Translation*. Cambridge, Mass.: Havard University Press.
- LANGACKER, R. (1975). Functional Stratigraphy. In: Grossman, R et. al. (eds), *Funcionalism*. Chicago: Goodspeed, p. 351-397.
- LYONS, J. (1979). *Introdução à Lingüística Teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. SP: Ed. Nacional, Ed da Universidade de São Paulo.
- MARQUES, M. H. (1999). *Iniciação à Semântica*. 4 ed. RJ: Jorge Zahar.
- McCRAWLEY, J. D. (1976). Grammar and Mening. In: *Papers on Syntatic and Semantic Topics*. New York: Academic Press.
- NICOLACÓPULOS, A. T. (1992). The Holistic Case: an Introduction to Case Grammar. Florianópolis: UFSC.
- NICOLACÓPULOS, A. T. et al. (1997). O Modelo Casual da UFSC. In: CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, Florianópolis. *Anais do 1º CelSul*. Florianópolis/SC, p. 203-209.
- NICOLACÓPULOS, A. & ZUCCO, B. (1996). Teoria da Correferencialidade em Recortes Discursivos do Português (I e II). In: Revista *UNIMAR*, n. 18(1), p. 21-46.

OLIVEIRA, M. G. (1995). Predicações Polissêmicas e Metafóricas: uma Abordagem Semântico-pragmática. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC.

OLIVEIRA, A. C. de. (1999). Cenas Benefactivas e Movimentos Semânticos no Contexto da Linguagem Jornalística. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC.

PARSONS, T. (1994). *Events in the Semantics of English*. Massachusetts: MIT Press.